



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 07.207.996/0001-50
 Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2012, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de *leasing* e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Bradesco.

No segmento veículos, os serviços são oferecidos por uma Rede conveniada, com mais de 16 mil parceiros em todo o País, formada por Revendas e Concessionárias de veículos leves, de motos e de veículos de transporte. Para atendimento no segmento de empréstimos consignados, atua em todos os Estados brasileiros na captação de clientes, por meio de 1.061 Correspondentes.

A produção de novos negócios em operações de veículos apresentaram o mesmo patamar de produção quando comparado a igual período de 2011, apesar das medidas restritivas de crédito em função do aumento da inadimplência. Este volume de produção levou ao crescimento de 2,8% da carteira total de financiamentos/*leasing* de veículos.

No segmento de empréstimos consignados, a produção de novos negócios apresentou crescimento de 36,75% no 1º semestre de 2012, em comparação ao mesmo período de 2011, proporcionando crescimento de 48,14% na carteira. Esse é o resultado da estratégia e da estruturação de uma equipe dedicada ao atendimento de convênios junto ao INSS, órgãos públicos e empresas privadas, aumentando a concessão de recursos nessa modalidade.

O Lucro Líquido do 1º semestre de 2012 somou R\$ 661,577 milhões e o Patrimônio Líquido de R\$ 26,327 bilhões.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 13 de agosto de 2012.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil				
	2012	2011	2012	2011
ATIVO				
CIRCULANTE	43.245.775	40.424.062	19.814.066	18.240.929
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	170	205	16.145.320	15.232.326
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	25.859.778	26.594.186	16.145.320	15.232.326
Aplicações no Mercado Aberto	27.605	71.825	3.894	1.002
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	25.832.173	26.522.361	3.894	1.002
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	284.723	244.749	3.664.852	3.007.601
Carteira Própria	205.132	176.195	10.240	16.925
Vinculados à Prestação de Garantias	79.591	68.554	6.285	19.956
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	28.938	31.626	1.299.433	1.155.489
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	130	79	2.348.894	1.815.231
Créditos Vinculados (Nota 7)	1.477	1.806		
Correspondentes	27.331	29.741		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	15.126.845	12.250.277	26.963.522	25.543.619
Operações de Crédito - Setor Privado	15.961.573	12.778.286	22.290.519	19.300.894
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(834.728)	(528.009)	4.673.003	6.242.725
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(59.237)	(116.303)	2.669.819	2.691.059
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	405.274	712.700	2.003.184	3.551.666
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(380.990)	(676.948)		
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(83.521)	(152.055)		
OUTROS CRÉDITOS	1.274.535	1.015.706		
Avais e Fianças Honorados	3.781	508	159.859	157.351
Rendas a Receber (Nota 9a)	322	508	159.859	157.351
Diversos (Nota 9b)	1.274.220	1.018.653		
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.788)	(3.455)		
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	730.023	403.616	26.326.897	25.323.375
Outros Valores e Bens	187.558	188.903		
Provisões para Desvalorizações	(105.418)	(78.946)	22.010.000	22.010.000
Despesas Antecipadas	647.883	293.659	4.317.149	3.313.659
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	24.129.976	20.268.339		
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	317.803	1.164.591		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	317.803	1.164.591		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	218	-		
Carteira Própria	218	-		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	19.364.173	15.848.735		
Operações de Crédito - Setor Privado	20.353.726	16.503.093		
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(989.553)	(654.358)		
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(113.326)	(205.159)		
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	261.594	692.030		
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(258.575)	(685.375)		
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(116.345)	(211.814)		
OUTROS CRÉDITOS	3.600.037	3.025.730		
Rendas a Receber (Nota 9a)	35	35		
Diversos (Nota 9b)	3.599.942	3.026.009		
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(279)		
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	961.071	434.442		
Despesas Antecipadas	961.071	434.442		
PERMANENTE	5.888.593	8.572.873		
INVESTIMENTOS (Nota 11)	468.095	483.260		
Participações em Coligadas e Controladas:				
- No País	464.704	478.703		
- No Exterior	195	141		
Outros Investimentos	12.808	14.028		
Provisões para Perdas	(9.612)	(9.612)		
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	7.036	8.502		
Imóveis de Uso	-	544		
Outras Imobilizações de Uso	19.961	38.564		
Depreciações Acumuladas	(12.925)	(30.606)		
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8)	5.381.597	8.050.124		
Bens Arrendados	6.130.724	8.604.900		
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação	(749.127)	(554.866)		
DIFERIDO (Nota 13)	540	1.330		
Gastos de Organização e Expansão	7.681	7.745		
Amortização Acumulada	(7.141)	(6.415)		
INTANGÍVEL (Nota 13)	31.325	29.657		
Ativos Intangíveis	46.932	37.226		
Amortização Acumulada	(15.607)	(7.569)		
TOTAL	73.264.344	69.265.274	73.264.344	69.265.274

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2012	2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.536.726	5.856.953
Operações de Crédito (Nota 8g)	3.966.232	3.062.524
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	1.380.357	1.306.252
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6d)	1.190.066	1.488.110
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 7b)	71	67
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.255.245	3.586.409
Operações de Captações no Mercado (Nota 14b)	2.139.798	1.992.366
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	1.253.864	1.182.588
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8c e f)	861.583	411.455
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.281.481	2.270.544
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(1.059.775)	(720.579)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	31.213	29.197
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 18)	200.266	189.046
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(26.943)	(21.579)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(416.966)	(414.667)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(155.211)	(137.277)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a)	(8.256)	2.174
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	99.575	325.701
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(783.453)	(693.174)
RESULTADO OPERACIONAL	1.221.706	1.549.965
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)	(88.830)	(61.718)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LÚCRO	1.132.876	1.488.247
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 26)	(471.299)	(595.251)
LUCRO LÍQUIDO	661.577	892.996
Número de ações (mil) (Nota 17a)	24.730.835	24.730.835
Lucro por lote de mil ações em R\$	26,75	36,11

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.132.876	1.488.247
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	861.583	411.455
Depreciações e Amortizações	445.182	916.528
Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	417.460	236.658
Constituições/(Reversões) de Provisões para Desvalorização de Bens não de Uso Próprio	32.469	(14.776)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	8.256	(2.174)
Insuficiência de Depreciação	777.733	229.656
Ganho/Perda na Venda de Imobilizado de Uso	227	82
Ganho/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	56.134	76.412
Outros	89.381	56.905
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	3.640.499	3.579.795
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.404.974	(411.819)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(19.806)	(15.359)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(2.215)	(28.767)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(3.800.040)	(3.321.802)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(940.811)	(671.702)
Aumento/(Redução) em Depósitos	1.303.729	1.331.424
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(408.734)	(223.061)
Aumento/(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	(52.783)	75.777
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.260.817)	(555.584)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(136.004)	(241.098)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
(Aumento)/Redução em Títulos Disponível para Venda	16	28
(Aumento)/Redução em Títulos Mantidos até o Vencimento	-	2.433
(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	2.017	(732)
Alienação de Bens não de Uso Próprio	83.294	121.418
Alienação de Investimentos	-	495
Alienação de Imobilizado de Uso e Arrendamento	203.100	376.581
Aquisição de Bens não de Uso Próprio	(151.813)	(158.907)
Aquisição de Investimentos	(150)	(2)
Aquisição de Imobilizado de Uso e Arrendamento	(92.875)	(145.372)
Aplicações no Diferido/Intangível	(5.571)	(3.643)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	-	136
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	38.018	192.435
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(97.986)	(48.663)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	125.761	120.693
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	27.775	72.030
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(77.986)	(48.663)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutárias			
Saldo em 31.12.2010	22.010.000	135.097	2.294.049	(241)	-	24.438.905
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(43)	-	(43)
Lucro Líquido	-	-	-	-	892.996	892.996
Destinações - Reservas	-	44.650	839.863	-	(884.513)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(8.483)	(8.483)
Saldo em 30.6.2011	22.010.000	179.747	3.133.912	(284)	-	25.323.375
Saldo em 31.12.2011	22.010.000	249.732	3.412.125	(227)	-	25.671.630
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(25)	-	(25)
Lucro Líquido	-	-	-	-	661.577	661.577
Destinações - Reservas	-	33.079	622.213	-	(655.292)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(6.285)	(6.285)
Saldo em 30.6.2012	22.010.000	282.811	4.034.338	(252)	-	26.326.897

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil					
Descrição	2012	%	2011	%	
1 - RECEITAS	5.133.914	390,0	5.234.550	317,6	
1.1) Intermediação Financeira	6.536.726	496,5	5.856.953	355,3	
1.2) Prestação de Serviços	231.479	17,6	218.243	13,3	
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(861.583)	(65,4)	(411.455)	(25,0)	
1.4) Outras	(772.708)	(58,7)	(429.191)	(26,0)	
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.393.662)	(257,8)	(3.174.954)	(192,6)	
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(409.641)	(31,1)	(407.689)	(24,7)	
Serviços de Terceiros	(310.385)	(23,6)	(295.422)	(17,9)	
Propaganda, Promoções e Publicidade	(5.948)	(0,5)	(33.945)	(2,1)	
Processamento de Dados	(21.331)	(1,6)	(17.311)	(1,0)	
Comunicações	(17.291)	(1,3)	(16.221)	(1,0)	
Serviços do Sistema Financeiro	(4.653)	(0,4)	(4.537)	(0,3)	
Viagens	(2.162)	(0,2)	(2.519)	(0,2)	
Transporte	(1.623)	(0,1)	(2.139)	(0,1)	
Materiais, Energia e Outros	(740)	(0,1)	(681)	-	
Arrendamento de Bens	(246)	-	(1.305)	(0,1)	
Manutenção e Conservação de Bens	(505)	-	(398)	-	
Outras	(44.757)	(3,3)	(33.211)	(2,0)	
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	1.330.611	101,1	1.651.907	100,3	
5 - DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(5.894)	(0,4)	(5.773)	(0,4)	
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	1.324.717	100,7	1.646.134	99,9	

...continuação

Bradesco

Financiamentos

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos, destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administração de suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedg*) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedg*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e
- *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações é registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedg* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

g) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizados de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido com superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% ou 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento. (Nota 8)

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens II a IV acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em conformidade com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

i) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o princípio da competência. Inclui seguro prestamista e comissões pagas, principalmente a revendedores e concessionárias de veículos e promotoras de venda terceirizadas, pela colação de operações de crédito.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fazem parte dos ativos do Banco ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano; e sistemas de transportes e processamento de dados - 20% a 50% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

l) Diferido e Intangível

• Ativo Diferido - está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas de 20% ao ano, calculadas pelo método linear. A partir de 8 de dezembro de 2008 as novas aquisições passaram a ser registradas no ativo intangível de acordo com a Carta Circular nº 3.357/08 do BACEN.

• Ativo Intangível - correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Compostos por *softwares*, que estão registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *softwares* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

m) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDADAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso normal						Total			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2012	2011		
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(A)	(B)		
Empréstimos e títulos descontados	336.770	349.057	342.144	979.013	1.756.484	6.591.128	10.354.596	31,3	7.008.617	24,7
Financiamentos	1.064.591	889.735	887.717	2.567.034	4.410.299	11.779.710	21.599.086	65,2	18.982.996	67,0
Subtotal	1.401.361	1.238.792	1.229.861	3.546.047	6.166.783	18.370.838	31.953.682	96,5	25.991.613	91,7
Operações de arrendamento mercantil	80.257	58.567	57.448	167.660	288.436	503.834	1.156.202	3,5	2.344.315	8,3
Subtotal	1.481.618	1.297.359	1.287.309	3.713.707	6.455.219	18.874.672	33.109.884	100,0	28.335.928	100,0
Outros créditos (1)	23	23	24	71	95	5	241	-	1.653	-
Total das operações de crédito	1.481.641	1.297.382	1.287.333	3.713.778	6.455.314	18.874.677	33.110.125	100,0	28.337.581	100,0
Avais e fianças (2)	-	-	-	-	-	3.849	3.849	-	4.876	-
Total em 2012	1.481.641	1.297.382	1.287.333	3.713.778	6.455.314	18.878.526	33.113.974	100,0	-	-
Total em 2011	1.266.182	1.100.321	1.094.038	3.144.226	5.420.817	16.316.873	-	-	28.342.457	100,0

Operações de crédito	Curso anormal					Total			
	Parcelas vencidas					2012	2011		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	(B)	(B)		
Empréstimos e títulos descontados	13.247	11.290	8.066	14.318	8.828	55.749	6,8	43.797	6,7
Financiamentos	154.144	131.345	76.869	149.533	156.077	667.968	81,7	473.132	71,9
Subtotal	167.391	142.635	84.935	163.851	164.905	723.717	88,5	516.929	78,6
Operações de arrendamento mercantil	24.667	17.539	10.045	18.933	19.177	90.361	11,0	139.349	21,1
Subtotal	192.058	160.174	94.980	182.784	184.082	814.078	99,5	656.278	99,7
Outros créditos (1)	-	-	-	-	3.781	3.781	0,5	1.774	0,3
Total em 2012	192.058	160.174	94.980	182.784	187.863	817.859	100,0	-	-
Total em 2011	176.159	133.882	70.294	132.841	144.876	-	-	658.052	100,0

Operações de crédito	Curso anormal						Total		Total geral	
	Parcelas vincendas						2012	2011	2012	2011
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(C)	(C)	(A+B+C)	(A+B+C)
Empréstimos e títulos descontados	13.058	12.628	12.282	34.599	60.101	192.808	325.476	8,2	240.816	6,9
Financiamentos	154.023	139.921	138.873	399.929	689.598	1.790.080	3.312.424	83,3	2.532.021	72,9
Subtotal	167.081	152.549	151.155	434.528	749.699	1.982.888	3.637.900	91,5	2.772.837	79,8
Operações de arrendamento mercantil	21.416	17.786	17.407	51.723	88.939	139.841	337.112	8,5	699.176	20,1
Subtotal	188.497	170.335	168.562	486.251	838.638	2.122.729	3.975.012	100,0	3.472.013	99,9
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.910	0,1
Total das operações de crédito	188.497	170.335	168.562	486.251	838.638	2.122.729	3.975.012	100,0	3.473.923	100,0
Avais e fianças (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	3.849	0,1
Total em 2012	188.497	170.335	168.562	486.251	838.638	2.122.729	3.975.012	100,0	37.902.996	100,0
Total em 2011	167.271	148.607	147.118	424.160	723.871	1.862.896	-	-	37.906.845	100,0

Operações de crédito	Nível de risco								2012		2011		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
	Empréstimos e títulos descontados	-	10.349.663	88.311	80.247	51.719	28.640	24.101	17.731	95.409	10.735.821	28,3	7.293.230
Financiamentos	340	21.419.591	1.268.162	944.165	396.886	278.367	230.350	190.093	851.524	25.579.478	67,5	21.988.149	67,7
Subtotal	340	31.769.254	1.356.473	1.024.412	448.605	307.007	254.451	207.824	946.933	36.315.299	95,8	29.281.379	90,2
Operações de arrendamento mercantil	887	1.006.195	225.618	115.803	37.251	28.306	21.469	17.818	130.328	1.583.675	4,2	3.182.840	9,8
Subtotal	1.227	32.775.449	1.582.091	1.140.215	485.856	335.313	275.920	225.642	1.077.261	37.898.974	100,0	32.464.219	100,0
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	3.781	4.022	-	5.337	-
Total em 2012	1.227	32.775.449	1.582.091	1.140.456	485.856	335.313	275.920	225.642	1.081.421	37.902.996	100,0	32.469.556	100,0
%	-	86,5	4,2	3,0	1,3	0,9	0,7	0,6	2,8	100,0	-	-	-
Total em 2011	442	27.702.660	1.917.409	1.042.035	380.244	239.757	203.495	157.294	826.220	32.469.556	100,0	-	-
%	-	85,3	5,9	3,2	1,2	0,8	0,6	0,5	2,5	-	-	-	-

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Comissões e serviços de intermediação de crédito.....	415.008	160.129
Provisões para perdas em operações de consignado.....	89.381	56.904
Variações monetárias e cambiais.....	85.005	59.777
Indenizações cíveis.....	40.531	31.509
Busca e apreensão de veículos.....	35.454	36.449
Perdas operações de empréstimos.....	31.215	22.078
Provisões cíveis.....	9.952	22.456
Seguro prestamista.....	1.714	3.954
Provisões riscos fiscais (1).....	-	247.161
Outras.....	75.193	52.757
Total	783.453	693.174

(1) Em 2011, refere-se à provisão para riscos fiscais sobre créditos habilitados.

24) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Prejuízo na alienação de valores e bens.....	(56.361)	(76.494)
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens.....	(32.469)	14.776
Total	(88.830)	(61.718)

25) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador, empresas coligadas e controladas, estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Ativos (passivos)		Receitas (despesas)	
	2012	2011	2012	2011
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.....	26.149.169	27.686.449	1.162.682	1.462.736
Captações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.....	(38.435.839)	(34.533.220)	(2.139.798)	(1.992.366)
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.....	27.605	71.825	7.489	8.001
Dividendos e juros sobre o capital próprio:				
Banco Bradesco S.A.....	(6.285)	(19.956)	-	-
Tibre DTVM Ltda.....	88	23	-	-
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.....	265	207	-	-
BMC Asset Management DTVM Ltda.....	61	-	-	-
Serviços terceiros:				
BF Promotora de Vendas Ltda.....	-	-	(195.881)	(197.000)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2012, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.200 mil (2011 - R\$ 1.000 mil) para remuneração dos Administradores (proventos e gratificações) e de R\$ 1.200 mil (2011 - R\$ 1.000 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de Curto Prazo a Administradores

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Proventos.....	318	115
Contribuição ao INSS.....	71	26
Total	389	141

Benefícios pós-emprego

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	469	150
Total	469	150

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

26) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	1.132.876	1.488.247
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente ..	(453.150)	(595.299)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas.....	(3.302)	870
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(27.976)	(30.249)
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social (1).....	-	16.439
Outros valores.....	13.129	12.988
Imposto de renda e contribuição social do semestre.....	(471.299)	(595.251)

(1) Refere-se à equalização da alíquota efetiva da Contribuição Social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(1.208.521)	(836.610)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no semestre, sobre adições temporárias.....	737.222	241.359
Total dos impostos diferidos.....	737.222	241.359
Imposto de renda e contribuição social do semestre.....	(471.299)	(595.251)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2011	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	1.639.237	654.916	30.859	2.263.294
Provisões cíveis.....	38.988	17.536	17.614	38.910
Provisões fiscais.....	585.022	82.499	-	667.521
Provisões trabalhista.....	11.391	781	2.137	10.035
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	29.179	42.167	29.179	42.167
Provisão para perda de títulos e investimento.....	1.667	-	-	1.667
Ágio Amortizado.....	68.435	-	25.251	43.184
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação.....	549	24	74	499
Ajuste da Lei nº 11.638 de 28.12.2007.....	17	-	17	-
Outros.....	60.954	54.883	10.453	105.384
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	2.435.439	852.806	115.584	3.172.661
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	-	15	-	15
Total dos créditos tributários (Nota 9).....	2.435.439	852.821	115.584	3.172.676
Obrigações fiscais diferidas (Nota 16a).....	1.348.669	18.904	196.942	1.170.631
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas.....	1.086.770	833.917	(81.358)	2.002.405

d) Provisão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e crédito tributário de contribuição social MP nº 2.158-35

	Em 30 de junho de 2012 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2012.....	493.514	280.792	774.306
2013.....	656.070	408.907	1.064.977
2014.....	717.957	430.513	1.148.470
2015.....	97.656	58.593	156.249
2016.....	14.482	8.689	23.171
2017 (1º sem.).....	3.430	2.058	5.488
Total.....	1.983.109	1.189.552	3.172.661

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 3.047.512 mil (2011 - R\$ 2.295.744 mil) de diferenças temporárias.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 1.170.631 mil (2011 - R\$ 1.467.829 mil) relativas a: Superavaliação de depreciação R\$ 1.088.513 mil (2011 - R\$ 1.423.452 mil), ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (2011 - R\$ 183 mil), lucro proveniente do exterior (2011 - R\$ 400 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 82.118 mil (2011 - R\$ 43.794 mil).

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Avoas e Fianças prestadas a clientes totalizam R\$ 3.849 mil (2011 - R\$ 4.876 mil), os quais estão sujeitos a encargos financeiros e a prestação de conta garantias pelos beneficiários.

b) O Banco Bradesco Financiamentos S.A. utiliza a infraestrutura operacional e administrativa da controlada BF Promotora de Vendas Ltda., que mantém planos de previdência complementar para seus empregados e dirigentes, na modalidade de contribuição definida, administrados pela Bradesco Vida e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2012, esses planos encontram-se integralmente cobertos pelo patrimônio FIFE - Fundo de Investimento Financeiro Exclusivo, onde estão aplicadas as provisões técnicas.

c) Conforme previsto no Ofício Circular CVM nº 01/2007, o Banco Bradesco Financiamentos está dispensado de apurar o valor de mercado das operações de arrendamento mercantil, os quais encontram-se registrados, a valor presente, de acordo com a Lei nº 6.099/74, substancialmente, como imobilizado de arrendamento. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 30 de junho de 2012 equivale, aproximadamente, ao valor de realização desses instrumentos.

d) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil. Os bens de uso da sociedade estão segurados por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos.

e) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.

As decisões da Organização são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco previamente identificado, mensurado e avaliado, viabilizando o alcance de objetivos estratégicos e zelando pelo fortalecimento da Instituição.

A Organização exerce o controle dos riscos de modo integrado e independente, proporcionando unicidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controles de riscos por meio de um órgão estatutário, o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

O Bradesco Financiamentos como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

f) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10); e
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o registro do ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica provisão para superavaliação ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa nº 3.g e 8.i. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas ou despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Financiamentos S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.


 KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

 Cláudio Rogélio Sertório
 Contador CRC 1SP212059/O-0

 Andre Dala Pola
 Contador CRC 1SP274007/O-2

Osasco, 13 de agosto de 2012

Mister Shadow/AE - 20.08.12


Kassab: esforços desperdiçados na tentativa de aliança com o PT na capital mineira.

 A simples e posterior discordância não encontra amparo legal que autorize a intervenção.

Maurício Soares, juiz do TRE-BH.

PSD de Kassab perde recurso e apoiará Lacerda

Para atender pedido da presidente Dilma, Kassab queria sua legenda apoiando Ananias, candidato do PT.

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Minas Gerais manteve ontem o PSD de Belo Horizonte na aliança do prefeito e candidato à reeleição Márcio Lacerda (PSB). Isso assegura à campanha os cerca de dois minutos do tempo de televisão da sigla aliada, somando os 14 minutos e 19 segundos que tem na propaganda eleitoral.

A decisão resulta de um recurso apresentado pelo PSD-MG, cujo comando estadual é alinhado com o presidente nacional da sigla, Gilberto Kassab. O prefeito de São Paulo queria a legenda apoiando o ex-ministro Patrus Ananias, candidato do PT.

Para atender a um pedido da presidente Dilma Rousseff, Kassab determinou intervenção na comissão provisória do PSD em Belo Horizonte e impôs o apoio a Patrus.

Perda – Os aliados do senador Aécio Neves (PSDB) no

PSD, contudo, registraram o apoio a Lacerda na Justiça Eleitoral e decidiram enfrentar Kassab, que perdeu na primeira instância e agora na Corte.

Os aécistas argumentam que a cúpula nacional do PSD atropelou uma convenção legítima realizada pelo PSD de Belo Horizonte, evento em que foi aprovado o apoio a Lacerda.

Aécio também criticou publicamente Kassab. Em São Paulo, o prefeito apoia o tucano José Serra, que disputa maior espaço no PSDB junto com o grupo de Aécio.

Resta agora aos aliados de Kassab o recurso ao Tribunal Superior Eleitoral. O presidente do PSD de Minas Gerais, Paulo Simão, já havia adianta-

do que, se a decisão fosse contrária, o grupo recorrerá.

Reviravolta – O argumento principal é o de que a convenção do PSD em Belo Horizonte, embora legal, foi realizada em um cenário político no qual o PSB, o PSDB e o PT eram aliados nacional e deveria apoiar a reeleição de Lacerda.

Como após a convenção o PT rompeu essa aliança, os termos políticos da convenção do PSD perderam o sentido, alegam

os parlamentares. O Tribunal, contudo, não entendeu o caso dessa forma e acabou votando por unanimidade com o relator, o juiz Maurício Soares, que classificou o ato do PSD nacional como "malsinada intervenção".

"Não há enumeração de qualquer falha que tenha ocorrido na convenção municipal", afirmou o relator.

"A simples e posterior discordância do órgão nacional com a deliberação anterior do órgão municipal, na ausência de diretrizes legitimamente estabelecidas antes da deliberação, não encontra amparo legal que autorize a intervenção visando desconstituir os atos praticados na convenção municipal", disse Soares.

Multa – O TRE aplicou ainda uma multa de R\$ 10 mil à coligação Frente BH Popular, de Patrus, pelo fato de o PSD tentar "induzir o Tribunal a erro, havendo litigância de má-fé".

O relator estava se referindo ao fato de os advogados da comissão interventora terem representado também o grupo dissidente, já que foram os interventores que receberam a notificação da Justiça sobre a audiência destinada ao outro grupo. (Folhapress)